

VOLUME MONOGRÁFICO COORDENADO POR CELSO ÁLVAREZ CACCAMO LÍNGUA, DESIGUALDADE E FORMAS DE HEGEMONIA

[Texto de abertura] Contra o capitalismo linguistico: perante a crise da lingua na Galiza

Celso Álvarez Cáccamo

A(s) política(s) linguistica(s) galega(s) sob a lente da teoria crítica do reconhecimento

Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava

Falar em português para falar com as pessoas. Um estudo de caso Cristina Sá Valentim

Papel do português em Timor-Leste Regina Brito

Sexo, genero, lingua e literatura. Questões culturais de hegemonia Helena Rebelo

Sexo e linguagem. Identidades em relevo em afixos superlativos: uma análise dos afixos super-, -issimo, -ésimo e -érrimo nas colunas de esporte e sociedade do jornal O povo online

João Felipe Barbosa Borges

Consensos excludentes, autoritarismos informais, poderes comunicacionais

Vania Baldi

Indices da revista Agália. Números 65 a 100 (1º semestre de 2001 a 2º semestre de 2009)

Joel R. Gômez

Ficha de avaliação 2010-2011 (volumes 101-104)

2º semestre 2011

número:



Direção

Roberto López-Iglésias Samartim

Universidade da Corunha;

Galabra (Universidade de Santiago Compostela, USC)

M. Felisa Rodríguez Prado

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

SECRETARIA TÉCNICA (Adjunta à direcão)

Cristina Martínez Tejero

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

Conselho de redação

Antón Corbacho Quintela

Universidade Federal de Goiás; Galabra (USC)

Carlos Velasco Souto

Universidade da Corunha

Graziella Moraes Dias da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís Garcia Soto

Universidade de Santiago de Compostela

M. Adriana Sousa Carvalho

Universidade de Cabo Verde

M. Carmen Villarino Pardo

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

M. Teresa López Fernández

Universidade da Corunha

Márcio Ricardo Coelho Muniz

Universidade Federal da Bahia

Maria das Dores Guerreiro

I.U. de Lisboa (CIES-ISCTE)

Mihai Iacob

Universitatea din Bucuresti

Pablo Gamallo Otero

Universidade de Santiago de Compostela

Rosa Verdugo Matês

Universidade de Santiago de Compostela

Vanda Anastácio

Universidade de Lisboa

Xerardo Pereiro Pérez

Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

.33IN: 1130-3337

Depósito legal: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associaçom Galega da Língua (AGAL)

URL: http://www.agalia.net

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL: Rua Santa Clara nº 21

15704 Santiago de Compostela (Galiza)

PERIODICIDADE: Semestral (números em junho e dezembro)

Conselho científico

Álvaro Iriarte Sanromán (Universidade do Minho; Galabra, USC)

António Firmino da Costa (I. U. de Lisboa, CIES-ISCTE)

Arturo Casas Vales (Universidade de Santiago de Compostela)

Carlos Costa Assunção (Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro)

Carlos Garrido (Universidade de Vigo)

Carlos Taibo Arias (Universidad Autónoma de Madrid)

Celso Álvarez Cáccamo (Universidade da Corunha)

Francisco Salinas Portugal (Universidade da Corunha)

Elias J. Torres Feijó (Universidade de Santiago de Compostela, Galabra)

Gilda da Conceição Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Real Gabinete Port. de Leitura)

Inocência Mata (Universidade de Lisboa)

Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago de Compostela)

José António Souto Cabo (Universidade de Santiago de Compostela)

José Luís Rodríguez (Universidade de Santiago de Compostela)

José-Martinho Montero Santalha (Universidade de Vigo)

Júlio Barreto Rocha (Universidade Federal de Rondônia)

Marcial Gondar Portasany (Universidade de Santiago de Compostela)

Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University)

Raul Antelo (Universidade Federal de Santa Catarina)

Teresa Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane)

Teresa Sousa de Almeida (Universidade Nova de Lisboa)

Tobias Brandenberger (Universität Göttingen)

Yara Frateschi Vieira (Universidade Estadual de Campinas)

ASSINATURA

(https://espacioseguro.com/agalia/inscricao_agalia.html) Versão eletrónica (2 números/ano): 20€

Versão impressa (2 números/ano):

Estado Espanhol 20€ Sócios/as AGAL 30€ Não sócios/as Europa 28€ Sócios/as AGAL 38€ Não sócios/as Resto do mundo 31€ Sócios/as AGAL 41€ Não sócios/as

Contacto: agalia@agal-gz.org

Envio de originais: http://www.agalia.net/envio.html Normas de Edição no fim do volume e em http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html

SUMÁRIO

Volume monográfico coordenado por Celso Álvarez Cáccamo Língua, desigualdade e formas de hegemonia

Nota da redação	5
[Texto de abertura] Contra o capitalismo linguístico: perante a crise da língua na Galiza	11
Against Linguistic Capitalism: Facing the Language Crisis in Galiza Celso Álvarez Cáccamo	
A(s) política(s) linguística(s) galega(s) sob a lente da teoria crítica do reconhecimento	29
Galician Linguistic Policy/-ies under the Focus of the Critical Theory of Recognition	
Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava	
Falar em português para falar com as pessoas. Um estudo de caso Speaking in Portuguese to Talk to People. A Case Study Cristina Sá Valentim	55
Papel do português em Timor-Leste The Role of Portuguese in Timor-Leste Regina Brito	79
Reflexões em torno de sexo, género, língua e literatura. Questões culturais de hegemonia Reflections about Sex, Gender, Language, and Literature. Cultural Issues	10
of Hegemony Helena Rebelo	

Sexo e linguagem. Identidades em relevo em afixos superlativos: uma análise dos afixos super-, -íssimo, -ésimo e -érrimo nas colunas de esporte e sociedade do jornal O povo online Language and Sex. Highlighting Identities Through in Superlative Affixes: an Analysis of Affixes Super-, -Íssimo, -Ésimo and -Érrimo in Sports and Society Columns of the O Povo Online Newspaper João Felipe Barbosa Borges	123
Consensos excludentes, autoritarismos informais, poderes comunicacionais Consensus of Exclusion, Informal Authoritarisms and Comunicational Powers Vania Baldi	141
Índices da revista <i>Agália</i> . Números 65 a 100 (1º semestre de 2001 a 2º semestre de 2009) Joel R. Gômez	155
Ficha de avaliação 2010-2011 (volumes 101-104)	279

A(s) política(s) linguística(s) galega(s) sob a lente da teoria crítica do reconhecimento

Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava Universidade da Corunha

Resumo

No presente artigo apresenta-se uma análise das metaestratégias político-linguísticas cuja implementação resulta possível e provável na Galiza, procurando compreender as suas potencialidades e limitações, sob a lente da teoria crítica do reconhecimento enunciada por Fraser (1995, 2000), em relação à realidade da situação sociolinguística galega. Para isto, realiza-se uma contextualização desta situação, primeiro, e uma análise das estratégias possíveis para uma politica linguística galega. Na última parte do artigo analisam-se as potencialidades e limitações destas estratégias de acordo com a citada teoria crítica.

Palavras chave: Política linguística — Galiza — Teoria crítica do reconhecimento — Identidade nacional.

Galician Linguistic Policy/-ies under the Focus of the Critical Theory of Recognition Abstract

In this paper we present an analysis of political-linguistic meta-strategies both possible and probable to implement in Galiza, seeking to understand their potentialities and limitations under the lens of critical theory of recognition as outlined by Fraser (1995, 2000) in relation to the Galician sociolinguistic situation. With this aim, a contextualization of this situation is first presented, and, second, the possible strategies for Galician language policy are analyzed. Finally, attention will be paid to the potentialities and limitations of these approaches according to the aforementioned critical theory.

Key words: Language policy — Galiza — Critical theory of recognition — National identity.

Receção: 16-08-2011 | Admissão: 18-06-2012 | Publicação: 31-03-2013

DE NIEVES GUTIÉRREZ DE RUBALCAVA, Arturo: "A(s) política(s) linguística(s) galega(s) sob a lente da teoria crítica do reconhecimento". Celso ÁLVAREZ CÁCCAMO (coord.). Língua, desigualdade e formas de hegemonia. Monográfico em Agália. Revista de Estudos na Cultura. 104 (2011): 29-53.

1. Introdução

O objetivo deste artigo¹ passa por oferecer uma análise das implicações sociais consubstanciais a cada um dos diferentes projetos de intervenção e/ou planificação linguística efetivamente existentes para a Galiza atual. Entendo que cada um destes projetos de planificação funciona como uma fonte emissora de discurso, evidenciando diferentes — por vezes conflitantes — posicionamentos glotopolíticos ávidos de serem implementados. O plano onde estes diferentes projetos entram em jogo é o da convulsa realidade sociolinguística galega, caraterizada por um conflito linguístico que se prolonga já durante vários séculos e que evidenciou, nos últimos trinta anos, uma forte aceleração do processo de substituição linguística do português autóctone polo espanhol, consoante com o peculiar processo de modernização² da sociedade galega e, muito especialmente, com a instituição da escolarização universal e a implantação maciça dos meios de comunicação de massas, em particular, a televisão. Com este artigo não pretendemos, porém, desenvolver uma análise do dito processo de substituição linguística, mas partiremos da assunção da existência dele para colocar os diferentes projetos de política linguística sob a lente da teoria crítica do reconhecimento (Fraser 1995, 2000). Há que dizer que já Álvarez Cáccamo (2003) introduzira a análise da política linguística galega baseando-se no esquema geral redistribuição/reconhecimento da teoria crítica de Fraser, num texto que estabeleceu as bases para qualquer trabalho posterior neste sentido, e cujas implicações serão comentadas mais adiante.

^{1.} O texto que aqui se apresenta acha o seu germolo nas reflexões suscitadas após a conferência, organizada pola "Agrupaçom Cultural O Facho", *A hegemonia social do galego: uma necessidade histórica*, ministrada polo professor Celso Álvarez Cáccamo na Crunha, em 29 de março do ano 2011. Quero, portanto, fazer explícito o meu agradecimento à "Agrupaçom Cultural O Facho", ao professor Álvarez Cáccamo e a todas as pessoas que aquela tarde/noite contribuíram para o debate, pois é da fermentação daquelas reflexões que nasceu este artigo.

^{2.} Na minha opinião, o termo "modernização" resulta equívoco para falarmos dum processo definido polo esborralhamento das formas pré-capitalistas de produção próprias da sociedade tradicional galega não por evolução desse sistema num outro de índole mais avançada, mas como consequência do seu novo status de inutilidade para os interesses do capital presente no novo cenário económico galego globalizado do *fin du siècle* (vid., e.g., Beiras, 2008a). Manterei, porém, o uso do termo "modernização", pois a elaboração teórica sobre esta questão excederia os limites deste trabalho.

2. Contextualização das diferentes propostas político-linguísticas para a Galiza no quadro da teoria crítica do reconhecimento

Na Galiza achamos dous grandes discursos linguísticos, um afim ao projeto nacional espanhol e outro afim ao projeto nacional galego, configuradores de dous grandes modelos enfrentados de política e planificação linguística. Por motivos de síntese e claridade expositiva, chamaremos o primeiro "modelo espanholista de política linguística" (MEPoL) e o segundo "modelo galeguista de política linguística" (MGPoL). Cada um destes modelos responderá, em última análise e como indica Herrero Valeiro (2000: 288-289), aos interesses das elites associadas a um ou outro projeto nacional³. Em qualquer caso, a preeminência do tema da língua na agenda política da Galiza pós-1978 remete para esta reflexão da teórica crítica Nancy Fraser (1995: 68):

Nestes conflitos pós-socialistas, a identidade grupal suplanta o interesse de classe como o principal meio de mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural desloca a redistribuição socioeconómica como o remédio para a injustiça e a meta para a luta política.

Porém, estas lutas polo reconhecimento cultural devem observar-se num contexto onde a "desigualdade material está em ascensão" (Fraser, 1995: 68). Da reflexão surgida desta aparente contradição, Fraser formula a necessidade de elaborar uma teoria crítica do reconhecimento, caraterizada por ter em consideração também as injustiças derivadas da esfera da economia política, i.e., redistributivas. Deste modo, em opinião dela pode falar-se em duas grandes classes de injustiças nas sociedades contemporâneas: uma primeira, constituída polas injustiças geradas na esfera cultural, cujo remédio passa pola aplicação de medidas de reconhecimento cultural, e uma outra, a das injustiças geradas no âmbito da economia política, que requereriam a aplicação de medidas de intervenção no campo da redistribuição dos recursos. Na realidade social, porém, estas duas

^{3.} Podemos afirmar que o conflito linguístico é fundamentalmente um conflito nacional, sim, mas também que, obviamente, fica inserido numa sociedade estratificada em classes sociais, o que faz com que o conflito ultrapasse os lindes estritamente nacionais.

grandes classes de injustiças aparecem sempre interligadas, pois o terreno onde têm lugar as dinâmicas sociais não é, em modo nenhum, estanco.

Nesta linha, podemos dizer que a moderna *questione della lingua* na Galiza resulta um exemplo paradigmático de como estas duas classes de injustiças — de redistribuição e de reconhecimento — aparecem interligadas no campo social, pois apresenta conotações evidentes associadas tanto à classe social — acesso estratificado aos recursos, também simbólicos⁴ — como à representação de imagens culturais associadas ao facto 'falar galego(português)'. Na presente epígrafe vamos fazer referência a este entrelaçamento de fenómenos (e também, portanto, dos conceitos que os definem) no contexto duma teoria crítica do reconhecimento, procurando ligar esta análise com os citados modelos espanholista (MEPoL) e galeguista (MGPoL) de política e planificação linguística⁵.

Começando polo MEPoL, diremos que o modelo de política e planificação linguística sujeito ao universo simbólico da nação espanhola — portanto, espanholista — (Álvarez Cáccamo, 2008: 4) se carateriza por qualificar a situação sociolinguística galega como harmoniosa ou cordial ou, por dizê-lo doutro jeito, por negar qualquer conflito social associado às línguas existentes na Galiza. Esta ideologia ancora-se discursivamente na evocação duma suposta liberdade de escolha linguística que nega qualquer pressão social e/ou institucional sobre os indivíduos para abandonarem o português galego e adotarem o espa-

^{4.} Estamos a pensar na perspetiva de Bourdieu (2000), por exemplo, que contempla outros tipos de capital — social, cultural... — para além do estritamente económico.

^{5.} Cumpre repararmos em que a dialética surgida do conflito nacional galego — projeto nacional espanhol vs. projeto nacional galego — é conformadora dum *continuum* ideológico e não duma divisão dicotómica da sociedade galega nesses dous bandos ou grupos nacionais. Assim, quando falamos em termos de MEPoL vs. MGPoL estamos a fazer um exercício de abstração, necessário para fazer operativa a análise. A oposição construída entre MEPoL e MGPoL não procura falarnos, portanto, de modelos ou categorias *puras* de intervenção — ou não intervenção — sociolinguística, mas dos pólos da dialética nacional existente, referida ao caso da língua. Deve entenderse que há, na realidade, sobreposições entre o MEPoL e o MGPoL, assim como diferenças intra-MEPoL e intraMGPoL, embora não seja o objetivo deste artigo oferecer uma reflexão a esse nível de análise. O trabalho pioneiro de Álvarez Cáccamo (2003) analisava estas ligações, fazendo especial finca-pé no papel do lusismo/reintegracionismo no jogo de dominação nacional e de classe que se dá na sociedade galega; o trabalho aqui apresentado, porém, procura oferecer uma leitura mais geral do processo de dominação cultural e económica que define a Galiza e não tanto uma análise micro do papel jogado polas suas elites nesse processo.

nhol; a tendência de substituição linguística do português galego polo espanhol é explicada em termos de liberdade individual e consequente livre escolha de língua (Álvarez Cáccamo, 2008: 4). A planificação linguística que se deduz duma estratégia de política linguística com estes pressupostos interpretativos de fundo tem, portanto, duas caraterísticas fundamentais:

- 1. Ausência de medidas corretoras do desequilíbrio linguístico ou de discriminação positiva para o português galego.
- 2. Concentração dos esforços do Estado em reproduzir a suposta liberdade de escolha linguística nas instituições, particularmente no sistema educativo⁶.

Vejamos agora de que jeito podemos interpretar o MEPoL da perspetiva da teoria crítica do reconhecimento proposta por Fraser e em que medida este contribui para solucionar, ou não, os problemas de injustiça económica e/ou cultural associados à língua na Galiza.

2.1. O MEPoL e as desigualdades económicas associadas à língua

Assinalávamos acima como o MEPoL se caraterizava pola interpretação em termos de liberdade de escolha de língua da mudança sociolinguística que aconteceu na Galiza durante os últimos anos e que ilustra um processo de substituição do português galego polo espanhol, conforme mostram os dados do *Instituto Galego de Estatística* (IGE) para 2008⁷, que indicavam 53% de pessoas exclusivamente português-falantes no grupo de idade de 65 e mais anos, enquanto esta percentagem ficava reduzida a 15% para o grupo de 5 a 14 anos. Este fenómeno de substituição linguística apresenta um relacionamento com a esfera da economia política da sociedade galega, dando origem a uma forma de injustiça económica que o MEPoL não leva em considera-

^{6.} Foram muitas as declarações de membros do governo da Xunta após a aprovação do chamado 'Decreto do Plurilingüismo' neste sentido (vid., e.g., Xornal.com, 2011). A posição do MEPoL a este respeito ficara já clara durante a campanha eleitoral para as eleições autonómicas galegas de 2009 (Vieiros, 2009a) e durante a VII Legislatura, de 18 de Julho de 2005 a 6 de Janeiro de 2009 (Vieiros, 2008). Particularmente significativo foi o posicionamento do governo da Xunta da VIII Legislatura, iniciada em 2009, a respeito das políticas de promoção do português galego na escola (Vieiros, 2009b).

^{7.} Fonte: "Enquisa de Condicións de vida das familias. Coñecemento e uso do galego" (2003; atualizada em 2008).

ção. A seguir, procura-se ilustrar este relacionamento e, portanto, a existência de dita injustiça.

Para Fraser (1995: 70-71), as injustiças de tipo económico podem dividir-se em três grupos:

- 1. Exploração: "Que os frutos do trabalho próprio sejam apropriados para o benefício de outrem".
- Marginalização económica: "Confinamento a trabalhos indesejáveis ou mal remunerados ou negação do acesso ao trabalho remunerado de modo geral".
- 3. Privação: "Negação dum padrão material de vida adequado".

A partir da sociolinguística, tem-se feito amiúde finca-pé na ligação entre dous processos sociais inter-relacionados: por um lado, o fenómeno da substituição linguística e, polo outro, a feição adotada polo conflito de classes na sociedade analisada (Guy, 1992 [1988]: 37-38). Na Galiza esta perspetiva foi posta em prática há já bastantes anos, com resultados de interesse para o tema que nos ocupa. Assim, Álvarez Cáccamo (1987) criticava nos anos 80 do séc. XX a concetualização do processo de substituição linguística galega como consequência dum projeto de imperialismo cultural nacionalizador espanhol que visava a homogeneização linguística do território imaginado, em termos de Anderson (2006 [1983]), como nacional espanhol⁸; analisava a substituição linguística como um fenómeno diretamente ligado às diferentes formas do poder social. Desta perspetiva, podemos compreender a "resistência" secular do campesinato galego a mudar de língua para o espanhol, pois a lógica da diferenciação linguística — na Galiza, espanhol vs. galego — é consequência do uso do marcador social "língua" como (1) espelho das diferenças de classe social existentes e (2) ferramenta (re)produtora desse diferenciamento hierárquico — injustiça de distribuição, em termos de Fraser (1995: 70-74). Portanto, o processo de substituição linguística do galego polo espanhol na atualidade pode observar-se não como a culminação ou forte aceleração dum projeto de homogeneização linguística vigente desde há séculos, mas como consequência duma transformação na estrutura social galega capaz de alterar a lógica da diferenciação social através

^{8.} Para uma visão do processo galego de substituição linguística como consequência de políticas imperialistas do estado espanhol, veja-se Rodríguez (1976).

da língua, na Galiza. Assim, se o baixo status atribuído ao português galego era ou é fundamentalmente um instrumento de marcação das classes populares, particularmente camponesas, necessário para reproduzir socialmente o domínio destas polas classes médias ou altas urbanas, será lógico pensar, agora que estamos a observar os prolegómenos da desaparição do português galego como língua de coesão social na Galiza, que houve alguma mudança na estrutura social galega que modificou a lógica das relações de classe e, portanto, tornou necessária uma reconfiguração dos papeis jogados pola(s) língua(s) existente(s) na Galiza.

Pesquisa qualitativa tem mostrado a existência de dous roles básicos e diferenciados associados ao *diacrítico de etnicidade* (Barth, 1969) "falar galego" na comunidade espanhol-falante da Galiza. O primeiro, com certo capital linguístico associado, implicaria filiação nacionalista galega, enquanto o segundo, sem capital associado, ficaria ligado a uma condição de ruralidade (De Nieves, 2008: 40-42). Esta marcação pejorativa do campesinato galego através da língua encaixa com a perspetiva materialista enunciada por Álvarez Cáccamo, de que falamos acima.

Continuando com esta linha de análise, devemos perguntar-nos quais foram as mudanças na estrutura económica galega que derivaram nos maiores níveis históricos de avanço do castelhano na Galiza. De acordo com Beiras (2008b: 264), a sociedade galega está a experimentar desde finais da década de 70 do séc. XX a desaparição do campesinato como consequência da subtração de formas básicas de capital necessárias para a continuidade da economia camponesa, em forma de "excedente acumulado, sexan recursos naturais — en superficie ou baixo terra — ou enerxéticos, ou as súas bases físicas e alicerces ecolóxicos". Esta tendência à desaparição, por destruição, da classe camponesa galega tem-se exacerbado nos últimos anos⁹, até o ponto de o mesmo autor falar em "extermínio" do campesinato galego (Beiras, 2008c). Se estamos a presenciar a desaparição da classe social camponesa galega *lato sensu* e, portanto, do modo de vida que a caraterizava, como consequência desta desaparição, observamos

^{9.} Para ter uma perspetiva recente desta crise da economia camponesa na Galiza, também promovida pola legislação autonómica galega, veja-se a série de artigos publicada por Xosé Manuel Beiras (2011a, 2011b, 2011c) no jornal *Galicia Hoxe* sobre a "Lei 9/2010, do 4 de novembro de augas de Galicia" (DOG, 2010).

também o esvaecimento da relação de dependência do modo de producão camponês pré-capitalista a respeito da economia capitalista dominante, e então podemos interpretar que é lógico o apagamento do marcador social "falar língua galego(portuguesa)" como instrumento através do qual construir — no plano cultural —, a dominação estrutural — acontecida no plano económico — da classe social campesina por uma classe média ou alta inserida no modelo capitalista de produção existente nas cidades.

2.2. O MEPoL e as desigualdades culturais associadas à língua

Explicamos acima como o MEPoL não reconhece nenhuma injustiça ou desigualdade associada ao diacrítico "falar português galego" e que, portanto, acredita num bilinguismo cordial ou harmonioso no que atinge à relação entre falantes de português e de espanhol na Galiza. Na epígrafe anterior observamos o jeito em que desigualdades associadas à classe social e, portanto, solúveis através de intervenções no âmbito da economia política fica(va)m ligadas à língua. Veremos agora como o diacrítico "falar português galego" está também associado a desigualdades de tipo cultural e não solucionáveis através de intervenções no âmbito económico, mas na esfera cultural.

A prova de que as desigualdades que sofrem as pessoas falantes de português galego não derivam dum simples problema económico, ou de classe social, é que elas se encontram distribuídas em lugares diversos da estrutura social galega e não apenas na base camponesa ou proletária. Assim, com independência do lugar estrutural ocupado por cada falante, podemos afirmar que a comunidade lusófona galega não tem os mesmos direitos e deveres, no plano legal, que tem na Galiza a comunidade espanhol-falante. Talvez a desigualdade legal mais flagrante tenha a ver com a *Constitución española* de 1978, ainda vigente, pois nesse texto legal declara-se o dever de toda a população da Galiza de conhecer a língua espanhola: "El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla" (Art. 3.1 CE). Este dever constitucional contrasta com o simples direito de conhecimento do português galego, que garante o *Estatuto de Autonomía de Galicia* de 1981, também vigente na atualidade: "Os idiomas galego e castelán son oficiais en Galicia e todos teñen o dereito de os coñecer e de os usar" (Art. 5.2 EAG).

Não é o propósito deste texto realizar uma análise pormenorizada das desigualdades jurídicas discriminatórias¹⁰ que enfrenta a comunidade lusófona da Galiza, pois estas foram já tratadas em diversos lugares com a profundidade requerida (García Negro, 1991, 1993 e 2000; Villares *et al.*, 2005; Álvarez Cáccamo, 2005 e 2008; Tubio, 2011); sirva esta breve reflexão, porém, para ilustrar uma das faces das desigualdades sofridas polas pessoas falantes de português galego não enraizadas na economia política *stricto sensu*.

As injustiças emanadas diretamente da esfera cultural da sociedade ou injustiças culturais subdividem-se em três grupos (Fraser, 1995: 71):

- 1. Dominação cultural: Estar sujeito a patrões de interpretação e de comunicação associados a uma outra cultura e que resultam alheios e/ou hostis para os próprios.
- 2. Ausência de reconhecimento (nonrecognition): Gerar invisibilidade através de práticas autoritárias de comunicação, de interpretação e de representação da cultura própria.
- 3. Desrespeito (disrespect): Estar rotineiramente caluniado ou depreciado em representações culturais públicas estereotipadas e/ou em interações diárias da vida.

Aplica-se isto ao caso galego? Podemos afirmar a existência de injustiças deste tipo na realidade galega? E, de ser assim, qual o posicionamento do MEPoL a este respeito?

A última das perguntas é facilmente respondível; como vimos, o MEPoL entende a relação entre o espanhol e o português na Galiza — entre os espanhol-falantes e os português-falantes — como uma relação de harmonia e cordialidade, onde não se observam processos de injustiça cultural nem económica. Mas submetamos esta afirmação ao modelo proposto por Fraser. Em primeiro lugar atendamos, pois, ao que ela chama "dominação cultural", que é um conceito com certa trajetória no âmbito das ciências sociais, de jeito análogo a como aqui o utiliza Fraser (*vid.* Bourdieu, 2002). Para isto devemos perguntar-nos

^{10.} Como tem apontado em diferentes lugares Álvarez Cáccamo (p.ex. "Contra a utilização dos direitos linguísticos", 2008), a *justiça* legal neste sentido não deveria passar pola equiparação de obrigações no quadro jurídico galego a respeito do espanhol, mas pola supressão de todo dever legislativo relativo ao conhecimento duma ou outra língua.

qual é a presença do português galego nos meios de comunicação de massas aos quais tem acesso a população galega. Segundo o IGE, 95,38% da população galega vê habitualmente a televisão, dedicando uma média de 2 horas e 34 minutos por dia¹¹.

Ora bem, a maior parte dos canais televisivos recebidos na Galiza emitem em espanhol, com a exceção da televisão pública galega, TVG, e algum outro canal lusófono que podam receber setores da população com acesso a determinados serviços da TV por cabo¹². O mesmo ocorre para a rádio. No caso da imprensa escrita, podemos dizer que, na atualidade, não há nenhum jornal escrito integramente em português galego, em qualquer uma das normativas¹³. O caso da televisão, ademais, está marcado polo predomínio de canais estritamente espanhóis, cujo universo de significado — em termos de Billig (1995) — é sempre a nação espanhola; em menor medida isto é também assim para a rádio. Deste jeito podemos concluir que, na esfera comunicativa, a população da Galiza, maioritariamente falante de português galego, está submetida a conteúdos fundamentalmente espanhóis e em língua espanhola. Álvarez Cáccamo tem apontado em diversas ocasiões para a importância de realizar pesquisa qualitativa ao nível de análise da etnometodologia (Garfinkel, 2002 [1967]), a fim de compreendermos o verdadeiro impacto deste fenómeno. Em qualquer caso, todo o corpus de investigação existente nas ciências sociais indica que o facto de os meios de comunicação emitirem em espanhol para uma comunidade falante doutra língua — inclusive as pessoas falantes de espanhol na Galiza não estão a falar, nem a escrever, o espanhol padrão dos media — deve ter profundas consequências e, com certeza, está a determinar um padrão de verdadeira dominação cultural, já que a comunidade galega está continuamente a ser representada nos meios através do prisma nacional espanhol, em que o português galego não

^{11.} Fonte: Instituto Galego de Estatística. *Enquisa de condicións de vida das familias*. Ano 2000. A média de horas calcula-se a partir da população de 5 ou mais anos que afirma ver televisão.

^{12.} Resulta significativa, neste sentido, a importância que o ativismo em pró do português galego tem outorgado à recepção de televisões e rádios portuguesas na Galiza, constituindo a "Plataforma para a Recepção das Televisões e Rádios Portuguesas na Galiza" (Plataforma, 2011).

^{13.} A análise da Internet, pola sua maior complexidade, merece um tratamento diferenciado.

existe ou surge de forma completamente diferente a como esta língua existe socialmente na Galiza. Isto contribui para consolidar a sintaxe de hegemonia (Billig, 1995: 87-92) da nação espanhola, pola qual se integra a Galiza dentro dessa comunidade nacional, dum jeito não central, mas dependente.

Podemos também falar em ausência de reconhecimento, nos termos em que o faz Fraser (1995: 71): "gerar invisibilidade através de práticas autoritárias de comunicação, de interpretação e de representação da cultura própria". É possível achar exemplos de apagamento da cultura própria na Galiza, como o acontecido na Rádio Galega com o programa "Aberto por reformas". Nele promovia-se a música feita em português galego, amiúde convidando novos artistas que não encontravam espaço para se darem a conhecer nas emissoras espanholas hegemónicas. O seu cancelamento, após a chegada do PP ao governo galego, gerou uma forte reação na Galiza, que acabou por propiciar um movimento popular contra a desaparição do mesmo. O programa foi substituído, de jeito muito significativo, por um outro espaço em que a música galega não tinha especial relevância (Pérez, 2009; Mariño, 2009)¹⁴. A supressão de programas que faziam promoção da cultura galega atingiu mais casos que o do já comentado "Aberto por reformas", como "Libro Aberto" — programa sobre literatura galega na TVG — e "Onda Curta" — programa de curtas-metragens na TVG. O que têm em comum todos estes cancelamentos¹⁵ é a mudança do controlo da Xunta acontecida em 2009, quando o Partido Popular — afim ao MEPoL — tomou o poder após uma legislatura de governo bipartido partilhado entre o Partido dos Socialistas de Galicia e o Bloque Nacionalista Galego — afim ao MGPoL.

Falemos, finalmente, do terceiro tipo de injustiça cultural, o desrespeito, definido como "estar rotineiramente caluniado ou depreciado em representa-

^{14.} São reveladoras as palavras de Xurxo Souto, diretor do programa, a respeito do acontecido: "é triste que a Radio Galega dese um paso para atrás. Pasou a ser menos radio e menos galega ao perder o seu argumento central, a música. Renunciou a el para convertirse nunha emisora provinciana sempre á espreita do que se faga en Madrid" (Vázquez, 2010).

^{15.} Estas medidas provocaram reações populares em contra, presentes também nas redes sociais virtuais. Assim, na rede social 'Facebook', podemos achar os grupos "NON AS MORDAZAS!! VOLTA DE XURXO XA!!!!", "BASTA DE CENSURA CONTRA A NOSA CULTURA!!!!" e "pra que 'aberto por reformas' volva a radio galega tal como era", todos eles contra a desaparição de espaços de promoção da cultura galega nos meios de comunicação públicos da Galiza.

ções culturais públicas estereotipadas e/ou em interações diárias da vida" (Fraser, 1995: 71). Podemos perguntar-nos, então, qual é o papel do português galego nos meios sintonizados na Galiza. Para isso, vamos observar o programa da TVG com mais anos de emissão, dezanove, que é "Luar", presente na grelha televisiva nas noites das sextas-feiras. Dele surgiram os humoristas galegos de maior sucesso dos últimos anos: as duplas cómicas "Os Tonechos" e "As Cantareiras de Ardebullo", que têm muitas cousas em comum. A primeira aparecera por primeira vez em "Luar" no ano 2002 e a sua popularidade foi in crescendo durante vários anos, até fazer-se merecedora de um espaço televisivo próprio, "O show dos Tonechos", em 2005, chegando a alcançar uma média de 235.801 espectadores na temporada 2005-2006 (Wikipédia, 2011) antes de se separarem em 2009 (A Nosa Terra, 2009). Por sua parte, "As Cantareiras de Ardebullo" também obtiveram o reconhecimento após a aparição no programa televisivo "Luar", em 2007, com um sucesso que se prolonga até hoje, fazendo parte dos conteúdos habituais do dito programa e de muitas festas locais na Galiza. Mas, o que têm em comum "Os Tonechos" e mais "As Cantareiras de Ardebullo"? Sem, em absoluto, entrar em questões valorativas das atuações humorísticas realizadas por estas duas duplas cómicas, podemos dizer que elas apresentam algumas caraterísticas comuns e significativas para a nossa análise. Uma delas pode ser a procura de identificação com as pessoas residentes no rural galego, conseguida, num caso, segundo as palavras dum dos membros dos Tonechos, porque "coñecemos o público para o que imos e buscamos as claves que o puidesen enganchar. O espectador de Luar responde ás características de ser moi rural e cunha grande abundancia de mulleres" (CulturaGalega.org, 2004) e, no outro caso, "As Cantareiras de Ardebullo" porque são dous homens vestidos como mulheres do rural galego. Uma outra caraterística comum é o uso que fazem da linguagem; ambas empregam um português galego inçado de castelhanismos, ademais de fazer uso de variantes não normativas do português galego,

^{16.} Na linguística galega há discussão relativa a se a *gheada* é uma caraterística dialetal genuína do português galego ou um espanholismo. Em qualquer caso, sem ser o propósito deste texto entrar nesse debate, sim podemos dizer que o fenómeno da *gheada* (pronúncia aspirada, [ħ] — chegando, às vezes, a [X] —, do som /g/) está socialmente atribuído aos português-falantes rurais ou, simplesmente, de classe trabalhadora.

como a *gheada*¹⁶. Uma terceira caraterística é que procuram o humor através da ridicularização das personagens que representam.

Podemos concluir que os dous grupos cómicos mais importantes dos últimos anos na Galiza, diretamente promovidos pola televisão pública galega, baseiam as suas atuações na pretensa — pois haveria outras representações linguísticas possíveis e igualmente identificadoras — representação da população português-falante rural da Galiza. Ademais, as personagens comentadas são sistematicamente ridicularizadas e apresentadas como parvas, toscas e grosseiras. Assim, entendendo que é exatamente no âmbito rural onde o português galego mais fortemente se mantém, ainda, como língua de coesão social, enquanto nas cidades a hegemonia comunicativa pertence maioritariamente à língua espanhola, é lógico pensar que estamos a falar dum fenómeno com consequências significativas para a nossa análise. Estas consequências relacionam-se com o facto de a televisão pública galega — a única televisão sintonizada maciçamente no território galego cuja produção está integramente realizada na Galiza — apresentar estas personagens como referentes do português galego popular. Cabe contrastar a situação atual com o período de governo bipartido, afim ao MG-PoL, onde, ademais de artistas destas caraterísticas havia também na CRTVG17 outros comunicadores (humoristas, apresentadores...), com sucesso de público e utentes dum português galego vernáculo, que não encaixavam no modelo de ridicularização representado polos cómicos aqui comentados. A limitação ou restrição da representação pública do português galego oral unicamente a figuras que fazem mofa dos seus utentes sem dúvida guarda relação com a criação de estereótipos negativos associados à população falante de português galego. Portanto, estamos a observar um caso de desrespeito, nos termos de Fraser (1995: 71), pois o universo de representação do coletivo português falante está a ser hegemonizado nos media por personagens ficcionais acompanhados por uma clara carga pejorativa. Isto contribui para o reforço de estigmas sociais associados ao facto "falar português galego", detetados facilmente na pesquisa qualitativa e dirigidos a construir, no plano ideológico, a superioridade dos falantes de espanhol sobre os falantes de português galego, destinados estes últimos a fica-

^{17.} Compañía de Radio-Televisión de Galicia.

rem marcados socialmente — como galeguistas ou como gente do rural (*vid.* De Nieves, 2008: 42) — enquanto as pessoas falantes espanhol (ainda uma minoria na Galiza, conforme os dados do IGE correspondentes a 2008) contam com o privilégio da normalidade.

Até agora vimos que a situação das pessoas que, na Galiza, são falantes de português galego é analisável sob a lente da teoria crítica da justiça de Fraser, apresentando sintomas tanto de injustiças associadas à distribuição dos recursos económicos como de injustiças de reconhecimento cultural. Estamos a falar, portanto, duma comunidade 'bivalente', nos termos de Fraser (1995: 78): "as comunidades bivalentes, em suma, podem sofrer simultaneamente má distribuição económica e falta de reconhecimento cultural em formas onde nenhuma destas injustiças é um efeito indireto da outra, mas onde ambas são primárias e co-originais". A superação da desigualdade, deste jeito, requer tanto da implementação de medidas de redistribuição económica como de reconhecimento cultural, ambas abertamente negadas polo MEPoL.

3.3. O MGPoL e o 'problema do reconhecimento'

Cinco anos após a publicação do artigo em que desenhava o seu modelo de análise da injustiça social, Nancy Fraser apresentou outro trabalho após constatar algumas tendências importantes atingindo as dinâmicas dos movimentos sociais. Neste novo texto, explicava como após a queda do bloco soviético tinha havido um auge dos protestos associados a injustiças de reconhecimento, enquanto as injustiças de distribuição ficaram dalgum jeito esquecidas. Esta translação no centro de gravidade do protesto social provocara descompensações significativas. Particularmente Fraser (2000: 108) fala em duas:

- 1. O problema do deslocamento: as lutas polo reconhecimento eclipsam as lutas pola redistribuição.
- 2. O problema da reificação: as lutas polo reconhecimento tenderam a reificar as identidades grupais defendidas, o que pode provocar intolerância contra os 'outros' em lugar de promover a interação respeitosa.

A partir daí, proporá a substituição do *modelo identitário* por um *modelo do status* na luta polo reconhecimento cultural. O primeiro modelo parte da conceção hegeliana da construção dialógica da identidade "através dum processo de reco-

nhecimento mútuo" (Fraser, 2000: 109), gerando perspetivas analíticas que acreditam no *auto-ódio* (*vid.*, *e.g.*, Taylor, 1992), muito influentes na Galiza e, particularmente, no MGPoL. Assim, o processo de criação e solução das injustiças de reconhecimento sob o prisma do modelo identitário pode sintetizar-se como se expõe no gráfico 1.

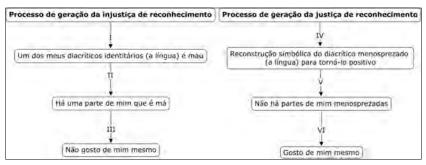


Gráfico 1. Processo de criação e remédio das injustiças de reconhecimento no "modelo identitário".

Para Fraser, porém, a aplicação do modelo identitário para a solução das injustiças de reconhecimento apresenta os problemas já comentados de deslocamento da redistribuição e de reificação identitária. A aplicação, na Galiza, do MGPoL — embora tenha corrigido graves deficiências apresentadas polo MEPoL — tem derivado na aparição de problemas assinalados por Fraser. Comecemos com a análise do primeiro deles, o problema do deslocamento.

É sabido (Bourdieu, 1982 e 2002) que as línguas nacionais e o próprio conceito moderno "língua" têm uma finalidade classificadora, nas sociedades estratificadas em classes sociais ou noutras categorias. O processo é simples: em primeiro lugar estabelece-se um padrão de correção linguística, o *standard* linguístico, que é amiúde determinado polos grupos sociais dominantes (Billig, 1995: 32)¹⁸; em segundo lugar, classifica-se as pessoas de acordo com o maior ou menor controlo desse padrão linguístico. Se dominas o padrão, falas bem, se

^{18.} O exemplo oferecido por Billig (1995: 27) sobre o modo em que a fala parisiense de finais do XVIII se tornou *língua* nacional francesa — no *standard* francês atual — resulta muito esclarecedor para compreendermos este processo.

não, falas mal. Trata-se de um processo muito efetivo na construção do necessário correlato cultural-ideológico justificativo da desigualdade de classe social, gerada na esfera da economia política. Assim podemos dizer que a língua, numa sociedade estratificada em classes — como a galega — é, para além dum mecanismo de comunicação, um instrumento de (re)construção da desigualdade social. Um projeto verdadeiramente socialista e, portanto, dirigido à extinção da desigualdade de classe, devia procurar também a destruição dos instrumentos que (re)produzem essa desigualdade, entre os quais a língua tem um papel muito destacado. Desta maneira, uma verdadeira estratégia socialista revolucionária, capaz de pensar na articulação da sociedade pós-capitalista, deve também realizar uma proposta sobre o novo jeito em que classificar a capacidade humana da comunicação oral nessa nova sociedade, fora das lógicas classificatórias das 'línguas' modernas. Eliminação, portanto, do padrão linguístico ou democratização no acesso a este através do sistema educativo deveria ser uma reflexão presente em qualquer grupo socialista revolucionário — que procure a supressão da desigualdade social — ou em qualquer grupo com vontade de transformação cultural dirigida à constituição duma sociedade articulada em base ao pleno reconhecimento mútuo.

Não podemos dizer, porém, que o MGPoL tenha feito grandes esforços por desarticular a lógica classificadora intrínseca ao conceito *língua* mas, muito amiúde, se tem demonstrado insensível com esta problemática ou simples desconhecedor dela. Nunca na CRTVG, por exemplo, nem mesmo durante o período de governo bipartido, houve mostras de vontade transformadora da lógica classificadora da língua quando, ainda sendo uma medida claramente insuficiente, poderia ter-se procurado certa imagem de normalidade através da inclusão de 'locutores autorizados' — em termos de Bourdieu (1982 e 2002) — utentes das variantes não padronizadas do português galego¹⁹. Um dado que revela até

^{19.} Aqui a estratégia da luta a favor dos direitos das pessoas lusófonas galegas pode homologar-se à das pessoas a favor dos direitos dos homossexuais. Como comenta Fraser (1995: 83-84), uma estratégia autenticamente transformadora, coerente com a cosmovisão socialista da igualdade, passa pola desconstrução da categoria 'género'. Isto é o que faz a teoria queer. Nesse sentido seria necessária, na Galiza e noutros lugares, a aparição duma teoria que formulasse a desconstrução da categoria 'língua' se o que se quer é procurar um modelo deconstrutivo de justiça social. Também se poderia argumentar que tal estratégia equivaleria a pôr o carro à frente dos bois ou que pode ser

que ponto na Galiza se foi acrítico com o problema da redistribuição associada à língua, vem dado pola anedota comentada publicamente por um locutor autorizado da CRTVG²⁰, que explicava como nos inícios da TVG era comum ser repreendido por mostrar um acento galego autóctone, não estandardizado — quer dizer, não espanholizado, pois a fonética destes locutores é, simplesmente, muito amiúde, imitação da espanhola.

Pensemos agora se podemos afirmar que o MGPoL caiu (ou não) no que Fraser (2000: 108) chama "problema da reificação" pola qual, lembremos, ficariam cousificadas as identidades grupais defendidas — neste caso a identidade associada ao diacrítico 'falante de português da Galiza' —, podendo provocar intolerância contra os 'outros' identitários em lugar de promover uma interação respeitosa.

Em primeiro lugar podemos dizer que, com certeza, não dispomos de muito corpus de análise das políticas linguísticas geradas polo MGPoL, pois o controlo das instituições de governo galego e, particularmente, da *Xunta* colocou-se normalmente ao serviço do MEPoL. Mas podemos analisar medidas tomadas durante a VII Legislatura (2005-2009) em que, como dissemos anteriormente, o governo da *Xunta* ficou em mãos do bipartido PSdeG-PSOE e BNG, já que nesse período de governo existia certa tendência à implementação do MGPoL ou, mais bem, certa vontade de distanciamento com o MEPoL. Durante os quatro anos de duração dessa legislatura programaram-se algumas campanhas de promoção do português galego. Uma delas, dirigida à cidadania jovem ou adolescente — os cartazes colocaram-se em centros de ensino secundário e superior — gerou certo interesse dos meios de comunicação galegos. O objetivo principal era animar, durante um trimestre, os escolares a "falaren galego sempre, sen vergoña e sen medo", fazendo finca-pé em que "non hai nada que non se poida facer en galego" (La Voz de Galicia, 2006). A campanha, que viu a

um simples erro derivado da influência teórica do pós-modernismo nas ciências sociais mas, em qualquer caso, o que se quer dizer é que parece que o problema nunca se debateu a sério num MGPoL que continua a sacralizar o modelo identitário.

^{20.} Declarações feitas públicas nas *IV Xornadas Lingua e Usos: Lingua e Comunicación*, organizadas em 2007 polo Servizo de Normalización Lingüística da Universidade da Coruña.

luz em dezembro de 2006, levava por lema principal as palavras "GALEGUIZA A TÚA VIDA" e, como lema introdutório secundário, num tamanho de letra menor, "ATRÉVETE A DESCUBRIR A TÚA VERDADEIRA IDENTIDA-DE". O texto do cartaz completava-se com os logótipos das entidades apoiantes da campanha, a Xunta de Galicia, a Mocidade pola Normalización Lingüística e a Mesa pola Normalización Lingüística²¹. A estética da campanha estava baseada no filme de ficção científica The Matrix (1999), cujo argumento central parte da divisão do mundo em duas realidades, uma verdadeira — mas incómoda — e outra falsa — mas muito confortável — e mostra como a personagem protagonista percorre o caminho da segunda para a primeira delas; caminho que só é possível através dum forte grau de compromisso que nem todas as pessoas são capazes de oferecer para começar a fazer parte da resistência (um dos companheiros do grupo de resistentes que protagoniza o filme não suporta a inconfortável realidade verdadeira e opta por atraiçoá-los para ir morar à confortável realidade fictícia). Para além doutras considerações, pode interpretar-se que esta campanha, ao identificar a resistência dos protagonistas de The Matrix com o ato de falar português galego, está a transmitir uma mensagem contrária ao citado como objetivo principal da campanha — que a mocidade fale galego sempre ou, por outras palavras, criar normalidade linguística —, pois, dalguma maneira, anormaliza-se a conduta 'falar português galego', identificada com um ato de extrema resistência, só ao alcance duns poucos eleitos, com uma capacidade de compromisso muito superior à do comum da humanidade.

Porém, a campanha da *Xunta* também tem implicações muito claras no problema de reificação das identidades defendidas, comentado por Fraser (2000). O conteúdo textual do cartaz da campanha lança um desafio: descobrir *a tua verdadeira identidade*; nele está-se a dizer, implicitamente, que o receptor não descobriu ainda a sua verdadeira identidade e que, portanto, está a viver numa identidade falsa, formulando, pois, um problema ao receptor: qual é essa identidade falsa? e, mais importante, qual é a minha *verdadeira* identidade?

A resposta a estas perguntas acha-se também no próprio conteúdo textual da campanha, no corpo textual principal, que diz "GALEGUIZA A TÚA VI-

^{21.} Importa referir que a segunda destas entidades fai parte da terceira delas, como seção juvenil da mesma.

DA". Assim, a campanha cria um problema ao receptor (qual a minha verdadeira identidade?) que fica logo resolvido através duma praxe (a galeguização da minha vida). A ligação deixa ao descoberto o polo étnico do projeto nacional galego²², que liga identidade — galega — com um determinado atributo étnico — neste caso, o atributo 'falar língua galega' (nem sempre entendida como galego-portuguesa). Reproduz-se o polo étnico do projeto nacional galego, pois, entendendo que a galeguização da vida das pessoas receptoras da campanha implica a praxe de falar português galego. Mas, ademais e fundamentalmente, estabelece uma identidade linguística como verdadeira e uma outra como falsa. Essa outra identidade deve ser, necessariamente, a espanhola, pois o espanhol é a outra língua que, com forte presença social, é falada pola juventude galega, interpelada pola campanha. Podemos dizer, assim, que esta campanha está, na realidade, normalizando o espanhol entre a mocidade, pois, apresentando o desafio de descobrimento duma verdadeira identidade nacional-linguística galega, está a pressupor que a identidade das pessoas receptoras da campanha é a outra identidade em conflito na Galiza, a identidade nacional-linguística espanhola; ou, com outras palavras, a campanha está também a comunicar aos seus receptores que o *normal* entre a mocidade a quem se dirige é falar espanhol e sentir-se espanhol, enquanto se mostra a possibilidade, só ao alcance duma minoria comprometida e combativa, de falar português da Galiza, conduta necessariamente, deste jeito, anormal.

Frente a esta visão da resistência cultural ancorada no *modelo identitário*, Fraser (2000: 113 e ss.) vai propor um outro modelo, o *modelo de status*. Nele, o problema das carências de reconhecimento cultural não estará já focado da perspetiva hegeliana do conflito entre identidades enfrentadas, com o seu correlato de verdadeiras e falsas identidades e as suas diagnoses de auto-ódios identitários capazes de explicar mudanças culturais. O modelo de *status* interpreta a ausência de reconhecimento cultural como uma forma de "subordinação social — no sentido de ser impedido de participar como um igual na vida social" (Fraser, 2000: 113). Deste jeito, as políticas necessárias para pôr fim a esta subordinação não terão a ver com a constituição de verdadeiras consciências iden-

^{22.} De acordo com Billig (1995), todos os projetos nacionais têm um polo étnico e um outro polo cívico.

titárias, pois o problema não tem a ver já com elas, mas estarão "destinadas a superar a subordinação, estabelecendo a parte não reconhecida como membro pleno da sociedade" (Fraser 2000: 113).

No caso da ausência de reconhecimento das pessoas falantes de português da Galiza seriam precisas, pois, medidas dirigidas a dotar de capital linguístico (Bourdieu, 2002) esta língua para colocar os seus utentes em situação de pleno reconhecimento social. Mas, se o que se quer é que o português galego chegue a ter o status de normalidade e o reconhecimento que hoje tem o espanhol na Galiza, então esse aumento do reconhecimento só poderá ser efetivo ocupando o espaço social que hoje tem o espanhol na Galiza, invertendo a situação atual. Porque, se o português galego ocupa o lugar social que hoje tem o espanhol, quem quererá falar espanhol na Galiza? Previsivelmente observaríamos uma inversão do processo de substituição linguística. Isto tem claras conexões com o conflito normativo existente na Galiza; em primeiro lugar, porque uma visão do problema da língua na Galiza da ótica dum modelo identitário que identifica ser galego com falar galego(português) dificulta a aceitação de que o que se fala na Galiza — fora do espanhol e doutras línguas próprias de comunidades imigrantes — é mais uma forma da língua portuguesa. Em segundo lugar, podemos dizer que, do ponto de vista do modelo de status, o mais recomendável para a geração de capital linguístico para o português galego é, precisamente, fugir dum modelo ortográfico baseado na língua dominante, a língua espanhola²³.

^{23.} Numa entrevista recente, R. Lorenzo, um dos expertos encarregados da elaboração do modelo atualmente institucional de português galego reconhecia que se optara por empregar grafias espanholas para codificar o português galego para facilitar a aprendizagem de uma população familiarizada com a escrita daquela língua: "Cando nós fixemos a normativa, que máis nos daba poñer un guión entre o pronome e o verbo ou non o poñer? Que máis nos daba poñer o acento en "diário" e non en "dia"? Poderíase facer, pero no galego temos que ter en conta que a lingua A, lamentablemente, é o castelán, e nas escolas os rapaces teñen galego e castelán e o que non poderiamos nunca facer é que aos rapaces de 6 ou 7 anos, cando empezan a aprender gramática, na clase de galego se lles diga que "dia" non leva acento e que "diário" si, cando en castelán se lles di todo o contrario. É un cacao e pedagoxicamente é absurdo. Esa foi a razón fundamental" (Gómez, 2011).

4. Conclusões

Com este artigo fizemos uma revisão dos dous grandes modelos de política linguística possíveis para a Galiza. Na primeira parte do mesmo analisamos a situação inter-geracional das línguas na Galiza e observamos um claro padrão de perda de falantes de português galego e de aumento nas pessoas falantes de espanhol; isto levou-nos a falar numa situação de substituição linguística de português galego por espanhol, na Galiza. A seguir, submetemos a análise as diferentes estratégias de política linguística cuja implementação resulta possível na Galiza e concluímos que há dous grandes blocos de políticas linguística: o primeiro chamamo-lo "Modelo Espanholista de Política Linguística" (MEPoL) e o segundo "Modelo Galeguista de Política Linguística" (MGPoL). Prestamos também atenção a qual podia ser o alcance de cada um destes modelos e relacionamos esta análise com a estrutura política existente na Galiza. Por último, realizamos uma análise de como cada um destes modelos encaixava na teoria crítica da justiça de Nancy Fraser, o que nos deu uma medida das possibilidades e limitações dos dous modelos analisados. Dentro desta lógica de análise observamos como o MEPoL não resultava em absoluto efetivo para solucionar as situações de injustiça social existentes na Galiza, tanto no plano da redistribuição como no de reconhecimento. Podemos dizer que o MGPoL, porém, semelha mais eficaz para afrontar estas situações de injustiça presentes na realidade social galega, ainda que observamos também problemas do modelo relativos, fundamentalmente, a uma predominância do modelo identitário para analisar e intervir sobre a problemática do reconhecimento associada ao atributo cultural 'falar português da Galiza'. Também, em menor medida, observamos carências na consideração do problema redistributivo associado à língua neste último modelo.

Bibliografia

- A NOSA TERRA. "Os Tonechos sepáranse". *A Nosa Terra Diario*. 8 de janeiro de 2009. http://www.anosaterra.org/nova/os-tonechos-separanse.html (20.07.2011).
- ÁLVÁREZ CÁCCAMO, C. "Língua, Mercado e Liberdade". *Portal Galego da Língua*. 11.09.2008. http://www.agal-gz.org/modules.php?name=AvantGo&file=print&sid=4631 (05.07.2011).
- "Contra a utilização dos "direitos lingüísticos". Portal Galego da Língua. 10.05.2008. http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=articlecomments&sid=4326 (19.07.2011).
- "Final de sequestro: Sobre o "Plan Xeral de Normalización da Lingua Galega". *O País na Janela. Três anos de independência informativa: Novas da Galiza 2002-2005*. Lugo: A Fenda Editora, 2005: 23-25.
- "Contra a *normalización*: Reconhecimento cultural e redistribuição económica sob a dominação linguística". *Agália* 73/74 (2003): 9-24.
- "Fala, bilingüismo, poder social". Agália 10 (1987): 127-150.
- ANDERSON, B. Imagined Communities. Londres: Verso, 2006 [1983].
- BARTH, F. Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference. Oslo: Universitetsforlaget, 1969.
- BEIRAS, X. M. "Economía e campesiñado en Galiza". *Por unha Galiza liberada e novos ensaios.* Culheredo: Espiral Maior, 2008b [1984]: 252-265.
- "O exterminio do campesiñado". *Galicia Hoxe.* 4 de maio de 2008c. http://www.galiciahoxe.com/?idMenu=153&idNoticia=295958 (14.07.2011).
- "O roubo da auga (I)". *Galicia Hoxe*. 6 de março de 2011a. http://www.galiciahoxe.com/opinion/gh/roubo-da-auga-i/idEdicion-2011-03-06/idNoticia-646247/ (14.07.2011).
- "O roubo da auga (II)". *Galicia Hoxe.* 13 de março de 2011b. http://www.galiciahoxe.com/opinion/gh/roubo-da-auga-ii/idEdicion-2011-03-13/idNoticia-648575/ (14.07.2011).
- "O roubo da auga (III)". *Galicia Hoxe.* 20 de março de 2011c. http://www.galiciahoxe.com/opinion/gh/roubo-da-auga-iii/idEdicion-2011-03-20/idNoticia-650886/ (14.07.2011).
- Por unha Galiza liberada e novos ensaios. Culheredo: Espiral Maior, 2008a.

- BILLIG, M. Banal Nationalism. Londres: Sage, 1995.
- BOURDIEU, P. Ce que parler veut dire. Paris: Fayard, 1982.
- Poder, derecho y clases sociales. Bilbao: Desclée, 2000.
- *Sociología y cultura*. México D.F.: Consejo nacional para la cultura y las artes (CONACULTA), 2002.
- CULTURAGALEGA.ORG. "De pixamas e de cascos. O dúo cómico "Os Tonechos" converteuse nun fenómeno social sen precedentes na televisión do noso país". 23 de março de 2004. http://www.culturagalega.org/noticia.php?id=4251> (22.07.2011).
- DE NIEVES, A. "Ideoloxías lingüísticas na comunidade galega de fala. O caso da cidade da Coruña". *Revista Galega de Ciencias Sociais* 7 (2008): 29-44.
- Dog (Diario Oficial de Galicia). *Lei 9/2010, do 4 de novembro, de augas de Galicia.* 18 de novembro de 2010. http://www.xunta.es/Dog/Dog2010.nsf/FichaContenido/3BF46?OpenDocument (14.07.2011).
- FRASER, N. "From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age." *New Left Review* I.212 (1995): 68-93.
- "Rethinking Recognition." New Left Review 3 (2000): 107-120.
- GARCÍA NEGRO, P. *Direitos lingüísticos e control político*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2000.
- "La législation concernant la langue galicienne (la legalité vs la nécessité)." *Plurilinguismes* 6 (1993): 155-179.
- O galego e as leis: aproximación sociolingüística. Vilaboa: Do Cumio, 1991.
- GARFINKEL, H. Studies in ethnomethodology. Cambridge: Polity Press, 2002 [1967].
- GÓMEZ, J. (Entrevista). "Ramón Lorenzo: Carvalho Calero fíxolle moito dano á lingua galega e por iso non o apoiarei". *Diario de Ferrol.* 22.05.2011.
- Guy, G. "Lenguaje y clase social." Newmeyer, Frederik. *Panorama de la Lingüística Moderna de la Universidad de Cambridge. IV. El lenguaje: contexto socio-cultural.* Madrid: Visor, 1992 [1988]: 57-86.
- HERRERO, M. Glotopolítica y genealogía del poder: El proceso de institucionalización del gallego desde la perspectiva de una (macro)política de la lengua. A Crunha: Tese de doutoramento. Universidade da Coruña, 2000.

- na/230205/depuracion-en-radio-galega-tras-la-llegada-de-feijoo-a-la-xunta> (20.07.2011).
- PÉREZ, M. "A música galega, pechada por reformas?" 3 de junho de 2009. *Vieiros*. http://vieiros.com/nova/74534/a-musica-galega-pechada-por-reformas (20.07.2011).
- Plataforma para a recepçom das televisões e rádios portuguesas na Galiza. http://www.agal-gz.org/portugaliza/tvsptnagaliza/ (20.07.2011).
- RODRÍGUEZ, F. Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia. Ponte-Vedra: Xistral, 1976.
- TAYLOR, C. Multiculturalism and the 'Politics of Recognition'. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- TUBIO, J. "A mãe do anho" (Inédito, 2011).
- VIEIROS | GALIZA HOXE. "Feijoo critica as Galescolas e di que as urnas pediron bilingüismo cordial". 14 de abril de 2009. http://www.vieiros.com/no-va/73365/feijoo-critica-as-galescolas-e-di-que-as-urnas-pediron-bilinguismo-cordial> (05.07.2011).
- "Feijoo ten morriña do "bilingüismo cordial" dos gobernos Fraga". 17 de novembro de 2008. http://www.vieiros.com/nova/70312/feijoo-ten-morrina-do-bilinguismo-cordial-dos-gobernos-fraga (05.07.2011).
- "Pasamos dun bilingüismo cordial a un monolingüismo innecesario". 14 de fevereiro de 2009a. http://www.vieiros.com/nova/72052/feijoo-ldquo-pasamos-dun-bilinguismo-cordial-a-un-monolinguismo-innecesario-rd-quo (05.07.2011).
- "Feijoo critica as galescolas e di que as urnas pediron bilinguismo cordial". 14 de abril de 2009b. http://www.vieiros.com/nova/73365/feijoo-critica-as-galescolas-e-di-que-as-urnas-pediron-bilinguismo-cordial (29.06.2011).
- "A Axencia Europea para as Línguas Minorizadas detecta un aumento no racismo linguístico". 18 de setembro de 2008. http://www.vieiros.com/nova/69056/a-axencia-europea-para-as-linguas-minorizadas-detecta-un-aumento-no-racismo-linguistico (29.06.2011).
- VÁZQUEZ, B. (Entrevista) "Xurxo Souto: A Radio Galega pasou a ser menos radio e menos galega cando perdeu o seu argumento, a música". http://www.galiciae.com/nova/62499.html (17.09.2010).

- VILLARES, L. et al. Estatuto xurídico da lingua galega. Vigo: Xerais, 2005.
- VOZ DE GALICIA, La. "O Cartafol dixital". 17 de dezembro de 2006 http://www.usc.es/estaticos/ocartafol-historico/ruxeru-xe2b40.html?OCartafol=25> (25.07.2011).
- WIKIPEDIA. A ENCICLOPEDIA LIBRE. "Clasificación dos programas galegos máis vistos por tempada" http://gl.wikipedia.org/wiki/Ranking_dos_programas_galegos_m%C3%A1is_vistos_por_tempada (20.03.2011).
- XORNAL.COM. "O bilingüismo cordial volveu ás aulas e xa non se fala deste tema en Galicia". http://webdev-xornal.openhost.es/artigo/2011/03/01/politica/feijoo-conseguimos-bilinguismo-cordial-volvese-aulas/2011030117295900467.html (05.06.2011).

Nota curricular

Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava é Mestre em Sociologia pola Universidade da Corunha (Galiza) e atualmente realiza a sua tese de doutoramento no Departamento de Sociologia e Ciência Política e da Administração nessa mesma universidade. Tem trabalhado sobre os *Fundamentos interpretativos na análise de (re)construción identitaria no marco do fenómeno nacionalista através dos estudos de caso galego e escocés* (tese de licenciatura, 2010) ou as "Ideoloxías lingüísticas na comunidade de fala galega. O caso da cidade da Coruña" (*Revista Galega de Ciencias Sociais.* 7, 2008: 29-44).

Contacto

Faculdade de Sociologia, Universidade da Corunha, Campus de Elvinha, 15071, Corunha (Galiza). Tel. 00 34 981 167 000 Ext. 4909. arturo.denieves@udc.es; http://www.sociologia.udc.es/gl



AGALIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

Edita: Associaçom Galega da Lingua (AGAL)

URL: http://www.agalia.net

ENDERECO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDERECO POSTAL:

Rua Santa Clara nº 21 15704 Santiago de Compostela (Galiza)

Periodicidade Semestral (números em junho e dezembro)



www.agalia.net